

Entre vieses e reveses: a mulher, as mulheres, o feminino

Michele Asmar Fanini*

Resumo: A investigação sociológica das relações entre o homem e a mulher (que subentende a análise das recorrências e variantes históricas e socioculturais envolvidas no construto do que se convencionou denominar de masculino e feminino) é uma prerrogativa deste artigo. Assim sendo, este texto estará voltado para a iluminação de algumas das linhas que compõem os debates acadêmicos em torno das relações entre os gêneros masculino e feminino, o que, por sua vez, pressupõe o tratamento das discussões terminológicas a eles referidas.

Palavras-Chave: Sociologia. Gênero. Homem (masculino). Mulher (feminino).

Abstract: The object of this article is the sociological research of the relationship between man and woman, in which is implied the analysis of the socio-cultural and historical occurrences and variables involved in the construct of what has been conventionally called masculine and feminine. Thus, this text will attempt to illuminate some of the issues in the academic debates concerning the relationships between the genders masculine and feminine, and for this purpose the study of their terminological discussions will be taken into account.

Keywords: Sociology. Gender. Man (masculine). Woman (feminine).

* *Michele Asmar Fanini*. Doutoranda em Sociologia (USP); Mestre em Sociologia (USP); Bacharel em Ciências Sociais (USP); Docente da Faculdade Paulista de Artes (SP).

Apontamentos iniciais

Convém destacar, de antemão, a atualidade das discussões que envolvem a situação da mulher na sociedade ocidental hodierna, tema multifacetado e inesgotável. Nesse sentido, torna-se indispensável apontar alguns caminhos analíticos, a partir dos quais seja possível fundamentar as questões que nortearão este artigo.

Nestes termos, faz-se necessária a identificação de subsídios teóricos que permitam compreender questões como a que perturbou Joan W. Scott:

Pourquoi et depuis quand, les femmes sont-elles devenues invisibles en tant que sujets historiques alors que nous savons qu'elles ont participé aux événements grands et petits de l'histoire humaine?

Bem como a que serviu de eixo para alguns estudos de Michèle Riot-Sarcey: “Nous voulons comprendre les raisons pour lesquelles se perpétue, malgré l'éloquence des études féministes, l'exclusion des sujets femmes de l'histoire.”

Para tanto, será esboçado a seguir um conjunto preliminar de reflexões acerca dos limites e alcances dos estudos sobre as relações homem-mulher, voltado para uma análise crítica acerca de conceitos como, por exemplo, o de “gênero” – categoria relacional de análise sociológica que passou, gradualmente, a substituir o termo “mulher”, categoria empírica/descritiva, nos estudos empreendidos a partir da década de 1980 –, o de “sexo”, muitas vezes apreendido como a antítese do gênero, as terminologias “masculino” e “feminino”, com o fito de demonstrar o leque interpretativo a eles referido e, a partir daí, buscar subsídios capazes de nos possibilitar compreender a persistência de formas veladas e sofisticadas de dominação masculina.

Por certo que não se trata aqui de elaborar uma exegese que dê conta de todas as nuances deste

intrincado campo de investigação, mas é importante o estabelecimento de canais de interlocução com algumas das produções acadêmicas de relevo, que têm nos “estudos sobre o feminino”, enfim, nas “relações de gênero” tema privilegiado de análise, já que a partir delas será possível proceder a um balanço crítico, ainda que parcial, capaz de respaldar o encaminhamento da presente investigação.

A situação da mulher: práticas e discursos sobre o feminino

On ne naît pas femme: on le devient.

Simone Beauvoir, *Le Deuxième Sexe*

Ao mesmo tempo em que os estudos que abordam a situação da mulher na sociedade ocidental se constituem enquanto um novo campo de saber, nota-se que a multiplicidade de enfoques e a infinitude de perspectivas por eles descortinadas e vislumbradas não dão conta de obliterar as insuficiências de alguns conceitos, apesar de contribuírem para seus sucessivos aprimoramentos.

Um importante marco, que influenciou os estudos sobre a situação da mulher foi a publicação, em 1949, do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, em que a escritora declara a premência, bem como abre caminho para abordagens que atentam para a relação homem-mulher, calcunar de Aquiles de muitos teóricos e campo fértil até então pouco explorado. A começar pelo alardeado título, que acena para a secundariedade feminina, tal como assinala Pierucci¹, o livro ilumina os meandros da relação masculino/feminino, retomando discussões atinentes às dimensões biológica e cultural, índices explicativos das diferenças entre os sexos. A escritora adota um ponto de vista em nada furtivo, e põe em relevo a necessidade de questionamento da carga mítica que concorre para a elaboração de discursos ratificadores do cânon, a partir

¹ PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: 34, 1999.

dos quais as relações entre os sexos se edificam e se reproduzem.

Uma das passagens do livro, que se tornou emblemática para os estudos feministas empreendidos nas últimas três décadas do século XX consigna à cultura um papel definidor, atuando de forma decisiva no processo do “vir a ser mulher”. Nos termos de Beauvoir, *ninguém nasce mulher: torna-se mulher*. Esta frase exprime a imprescindibilidade do ônus circunstancial, enfim, das interferências socioculturais que atuam decisivamente na construção do devir homem e do vir a ser mulher, fazendo frente às predisposições e características definidoras dos sexos, tidas como inatas, essencializadas.

² Idem

Ao tratar de seu lastro histórico, Pierucci² destaca dois momentos de grande impulsão teórica do feminismo; o primeiro deles, que vai até o final da década de 60, de viés igualitarista, estando voltado para a transformação do sexismo, preocupado em fazer com que o discurso *misógino* convencional sobre a diferença entre os sexos cedesse lugar a um discurso *andrógino*, a partir do qual fosse possível obter a equiparação entre mulheres e homens, em termos de oportunidades, postos e direitos. Nestes termos, o feminismo de primeira onda empenhou-se em reivindicar a igualdade de condições (civil, política, social, legal, comportamental) entre os sexos.

Já o segundo momento do feminismo, que teve início na década de 70, trouxe como uma de suas características marcantes a utilização do termo até então ausente do rol conceitual das feministas, a saber, a idéia de *diferença*, que passou a endossar o discurso sexista, na condução de argumentos que sustentassem a existência de uma diferença entre mulheres e homens, mas com o intuito de afastar a pecha que qualificava o “segundo sexo” como inferior e, assim, suprimir o sinal negativo atribuído à mulher e, se possível, ir além, subvertendo-o, positivando-o.

Data desse período a formulação de uma “história

das mulheres”, iniciativa de acadêmicas feministas da década de 1970, que teve como ponta-de-lança as discussões relacionadas às *diferenças de gênero*, explicitadas a partir da cisão entre “sexo” e “gênero”. Entra em cena a preocupação em pontuar diferenças e, ao mesmo tempo, em redesenhar a relação homem-mulher, a partir da identificação de armadilhas conceituais que acabavam por favorecer interpretações simplistas e equivocadas, como por exemplo, as que conduziam à apreensão da mulher como “o outro” do homem, formando uma relação de contrapeso, quase que vetorial, quando não tautológica e oca.

Os estudos desenvolvidos nesse momento reclamam a necessidade de identificação e questionamento dos processos responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural, e, em muitos pontos, dialogam com as análises posteriormente desenvolvidas por Bourdieu, na década de 1990, que apontam para a necessidade de problematização da enganosa coerência da doxa, do longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social sobre os corpos e as mentes, responsável por conceber e sustentar uma relação familiar, tida como natural, com nossa própria tradição.

Sexo e gênero: a propósito das nuances terminológicas

A esse respeito, a frase acima referida, extraída de *O segundo sexo*, aguçou os ânimos dos estudiosos, incitando-os no sentido de voltarem seus esforços teóricos para abordagens que versassem sobre a diferenciação entre sexo (dado natural) e gênero (fato cultural). Tais estudos empenharam-se, *tout court*, em propor uma releitura dos conceitos de sexo e gênero em uma chave específica, qual seja, a que buscava relacioná-los aos domínios, respectivamente, da natureza e da cultura. Ainda que não haja um consenso entre os teóricos no que tange ao tratamento dos

referidos conceitos, as diferenciações propostas por algumas correntes apontam menos para uma oposição que para a interação e confluência entre ambos.

‘Sexo’ é o dado biológico de uma classificação cultural doravante chamada ‘gênero’. ‘Sexo’ é o substrato biológico sobre o qual são construídas as práticas sócio-culturais de ‘gênero’. Ainda noutras palavras, ‘sexo’ é a base biologicamente dada sobre a qual se (im) põe social e culturalmente o ‘gênero’, que é, assim, uma construção social. As palavras ‘macho’ e ‘fêmea’ identificam clinicamente pessoas em termos de suas naturezas biologicamente sexuadas; as palavras ‘masculino’ e ‘feminino’ identificam socialmente pessoas em termos de seus gêneros.³

³ PIERUCCI, OP. Cit. p. 124.

Um estudo que verse sobre as relações entre homem e mulher deve levar em conta que as pressões sociais que atuam na conformação do que se considera um comportamento “típico” de cada sexo variam não apenas de uma sociedade para outra, mas de geração em geração⁴. Em outras palavras, o relativismo é a viga indispensável para a apreensão da teia de significados atribuídos sincrônica e diacronicamente às relações entre homem e mulher.

⁴ (Cf. MACCOBY, 1990).

Nestes termos, a formulação de uma *Women’s History* adquiriu estatuto de renascimento teórico e foi o marco inicial das preocupações com a *diferença de gênero* em termos menos simplistas. Foi nesse momento que sexo e gênero, indissociáveis, cindiram-se e passaram a alinhar uma relação de distinção. Nesse registro, a natureza e a cultura se estabelecem como eixos explicativos, como índices privilegiados para o desenvolvimento de um aporte teórico que veio a se tornar paradigmático.

Na esteira dessas considerações, um corpo sexuado como fêmea passa a ser apreendido como feminino em sua dimensão cultural, enquanto construto social; um corpo sexuado como macho passa a ser culturalmente percebido, na condição de corolário de um construto social, que o investiu dos caracteres

considerados masculinos. Com isso, tentava-se mostrar que conceitos como esses foram desinvestidos de sua historicidade, naturalizados, e buscava-se, assim, pôr em xeque as explicações que tomavam as diferenças biológicas, especialmente anatômicas, entre homens e mulheres, como justificativa natural da diferença socialmente arquitetada e incontestável entre os gêneros. Este foi o ponto de partida que conduziu os estudiosos a avançarem nas análises sobre a interferência da dimensão simbólica, sobre seu poder de ratificar certas propriedades tidas como “naturais”, indiscutíveis.

Não é exagero dizer que, até então, o conceito mais utilizado nos estudos feministas é o de gênero. Não obstante sua abrangência e recorrência, tal conceito possui algumas insuficiências que merecem ser explicitadas.

Ainda que possua calibre analítico conspícuo, o conceito de gênero perde força explicativa ao reduzir as relações entre homens e mulheres a pares antinômicos, e revela seus limites justamente ao dar margem a uma inescapável relação tautológica fundamentada na oposição masculino-feminino.

Assim sendo, o conceito em questão se tornou uma das grandes vedetes da discussão das relações entre homem e mulher na sociedade ocidental contemporânea. No entanto, as insuficiências de seus potenciais explicativos se evidenciam, fazendo com que ele perca força interpretativa na medida em que acorrenta definições contrapostas, e tem seus sentidos extraídos exatamente de uma complementaridade forjada sob o signo da oposição irredutível, da antinomia maniqueísta. Tal nomenclatura reitera dicotomias e assegura a reprodução das assimetrias relacionadas às relações as quais está referida, a saber, “masculino versus feminino”, e até mesmo “mulher versus mulheres”.

A utilização do conceito de gênero deve estar sempre referida ao contexto histórico particular em que foi pensado e ao conjunto de discussões a partir

do qual seu caráter explicativo e referencial se lapida e legitima.

Em linhas gerais, o gênero tem suas limitações, mas é um conceito “bom para pensar”. Para Joan W. Scott, o gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

*Le genre est un élément constitutif des relations sociales fondées sur les différences perçues entre les sexes et le genre est un mode fondamental de signifier les rapports de pouvoir (...) Il se réfère à et en même temps fonde la signification de l'opposition masculin-féminin.*⁵

⁵ *Apud* RIOT-SARCEY, Michèle. «Les sources du pouvoir: L'événement en question», *Les Cahiers du GRIF* (Le genre de l'histoire), 37/38, 25-41, 1988. p. 26.

O termo gênero é porta-voz daquilo que, paradoxalmente, pretende denunciar, à medida que apreende os sexos como duas essências sociais hierarquizadas. É imediata a associação entre gênero e feminino, gênero e mulher, associação esta que, a contragosto de sua própria pretensão, denuncia a inegável carga valorativa de que a noção é investida. E tanto a percepção social quanto a linguagem atestam a procedência desta associação, principalmente porque o gênero masculino se reveste de uma neutralidade que se contrapõe ao feminino, explicitamente caracterizado.

Assim, sempre que se propõe uma discussão sobre gênero, sabe-se, *a priori*, que o conteúdo da discussão versará sobre as questões que concorrem para a subordinação feminina, para sua desvalorização, e nunca, inversamente, para o papel masculino, para suas fraquezas e limitações, temática esta praticamente fora de cogitação. O imediatismo de tal associação é deveras inquietante, principalmente porque sua constatação nos possibilita vislumbrar a força da des-historicização latente que opera e garante a reprodução das relações entre os gêneros. Por isso, se faz premente a identificação da dinâmica que rege o automatismo dessas associações, que faz com que a dominação masculina apareça como que extirpada da história, e se afigure como irremediável, natural, inescapável.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água, os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos.⁶

Ainda que seja “um beco sem saída”, enquanto tentativa analítica que acaba por reiterar aquilo que pretende ver obliterado, Joan Scott reivindica a necessidade de uma “história das mulheres”, *grasso modo*, um ramo específico da história (mas que abrange também a antropologia e a teoria literária), do qual a historiadora foi uma das principais representantes, estando referido à problemática desenvolvida a partir do conceito de gênero nos EUA e na França, voltado para pesquisas e análises históricas acerca da especificidade feminina, da cultura feminina, enfim, para o questionamento da generalidade do termo ‘Mulher’, para a compreensão da invisibilidade e do emudecimento das mulheres, buscando alçá-las à condição de indivíduos e sujeitos da história. *Women’s History* pressupõe tomar a mulher como objeto privilegiado de investigação, a partir da consideração e questionamento dos discursos fundadores deste objeto, que o inscrevem nos limites de um essencialismo naturalista ou de um determinismo mecanicista, buscando contribuir para *réintégrer les femmes dans l’histoire en position de sujets*.⁷ É possível dizer que esses estudos partem do pressuposto da vitimização feminina, da posição desfavorável da mulher (em relação ao

⁶ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 18.

⁷ RIOT-SARCEY. *Op. Cit.* p. 36

homem), o que acaba por ratificar aquilo que buscam “combater”.

Assim sendo, em meados dos anos 70, a idéia de investigar as dessemelhanças em termos de diferença de gênero conduziu à criação de uma *womanhood* abstrata, contrapondo-se à vetusta idéia generalista de humanidade, pensada através das grandes narrativas ocidentais, enquanto *manhood*.⁸ Muitos esforços teóricos se conjugaram com o intuito de criar uma grande teoria sobre a Mulher, sobre a diferença feminina, procurando sedimentar a existência de uma *scholarship* feminista na academia, assegurando, assim, a implantação e a consolidação institucional dos denominados *Women's Studies*.

O discurso diferencialista

Mas, ao passo que se procedia à desbiologização do gênero, seu viés essencialista⁹ recrudescia, armadilha facultada pela diferença, uma vez que *a fixação do olhar na diferença pode terminar em fixação essencializante de uma diferença*.¹⁰ A acentuação de diferenças e o obscurecimento de semelhanças são comuns ao discurso diferencialista. Nestes termos, o conceito de gênero apreendido na chave da diferença sexual passou a

*confinar o pensamento crítico feminista no arcabouço conceitual de uma oposição universal de sexo (a mulher como a diferença do homem, ambos universalizados; ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre ‘mulheres’ e ‘Mulher’, isto é, as diferenças nas mulheres. [...] A partir desta perspectiva, não haveria absolutamente qualquer diferença e todas as mulheres seriam diferentes personificações mais ou menos sofisticadas de uma feminilidade metafísico-discursiva.*¹¹

Nesse sentido, é possível dizer que a existência de invariantes trans-históricas entre os sexos está

⁸ PIERUCCI. *Op. Cit.*

⁹ É necessário levar em consideração que, no contexto da teoria feminista, “essencialismo tem pelo menos dois sentidos principais. Um deles é este: pensar a mulher ‘enquanto mulher’, com um M maiúsculo, inconfesso. O outro significado remete à tendência de encarar certas características de inteligência, afetividade e outras qualidades psicológicas, capacidade expressiva e habilidades práticas, como ‘essencialmente’ femininas, no sentido de serem inalteravelmente associadas ao fato de alguém ser mulher. Usado da Segunda maneira, o essencialismo, quando não se identifica com o determinismo biológico, fica muito próximo disto. Elizabeth Spelmann comparou a expressão ‘enquanto mulher’ [as a woman] ao Cavalo de Tróia. Um presente de grego trazido pelo feminismo essencialista da ‘segunda onda’, que é por isso acusado de etnocêntrico”. (Cf. PIERUCCI, 1999: 130).

¹⁰ *Idem*, p.127).

¹¹ DE LAURETIS, In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. São Paulo: Edusp 1994. p. 207.

relacionada ao trabalho constante de diferenciação, em que homens e mulheres se submetem ao processo de masculinização e feminilização. Há uma relação de causalidade forjada entre o princípio de diferenciação sexual e social. Daí a importância de recorrer à identificação dos mecanismos históricos responsáveis pelo trabalho da des-historicização e pela eternização da arbitrariedade que caracteriza a estrutura da divisão sexual e dos princípios de divisão a ela relacionados, de recorrer àquelas instâncias reveladoras da “lógica” da dominação, em que se opera o processo de transformação da história em natureza, do arbítrio cultural em natural, o que é, a um só tempo, pôr em relevo a dimensão propriamente simbólica da dominação masculina. Ainda hoje é um desafio pensar as relações de gênero a partir de um registro outro, que não aquele contaminado pelos modos de pensamento oriundos da própria dominação masculina.¹²

¹² (Cf. BOURDIEU, 2003).

Na esteira destas considerações, para os propósitos dessa tese, o conceito de “gênero” pode ser pensado a partir de dois registros complementares: a partir das considerações de Bourdieu, presentes em *A dominação masculina*, porém, fundamentas através das questões que emergem do pensamento de Foucault,¹³ que apontam para a possibilidade de apreensão do conceito enquanto um saber que diz respeito às diferenças sexuais, e a tudo que está aí implicado.

¹³ (1981;1997),

*Un très grand nombre de recherches sur les femmes et la différence de sexes se réclament aujourd'hui de Michel Foucault, principalement aux États-Unis, où le philosophe est lu et discuté dans les Women's studies et les Gender studies.*¹⁴

¹⁴ PERROT, Michèle. “Michel Foucault et l'histoire des femmes”. In: ROTMANN, Roger (org.). *Au risque de Foucault*. Coll. Supplémentaires. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997. p. 95.

O que está subjacente à idéia de gênero, enquanto saber, é sua carga cultural, a impossibilidade de ser apreendido como essência ou verdade, portanto, o fato de ser sempre relativo, de ser uma construção oriunda de uma rede complexa de relações entre

homens e mulheres, em que o corpo é objeto e alvo de poder. Seguindo os passos de Foucault, tal saber é produzido no interior de epistemes, cada uma com relativa autonomia, em que as possibilidades de uso e atribuição de significados são corolário de disputas políticas, em que as relações de poder (dominação e subordinação) são construídas. Saber subentende um conjunto de idéias, instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicas, responsáveis pelo ordenamento do mundo, sendo indissociável da organização social.¹⁵

¹⁵ (Cf. SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1994.)

Nesse registro, gênero é o modo pelo qual a diferença social se organiza socialmente; ele constitui um saber capaz de atribuir significados para as diferenças corporais, construções que variam de uma cultura para outra, de uma época para outra.

Isso posto, Pierucci chama a atenção para o fato de o novo discurso do saber feminista, quase todo em língua inglesa, vir acompanhado por uma lexicalidade específica, muitas vezes intraduzível para outras línguas – *gendered, gendering, engendered, womanhood, sisterhood* –, concorrendo para uma espécie de transvalorização da diferença feminina, para o fato de a Mulher, agora grafada em maiúscula, ter características singulares, portanto, distintas das do Homem, afastando o discurso que associa a diferença feminina à inferioridade, e até mesmo perfilhando uma possível superioridade da Mulher.

A diferença, apreendida sob a égide da dessemelhança, encontrou respaldo no leque de experiências vitais especificamente reservadas à Mulher, experiências positivas e fortalecedoras, tais como a maternidade; facultou a construção de uma “cultura feminina”, contrapondo-se à “cultura masculina”, e deu margem à emergência de um *diferencialismo essencialista aferrado ao irredutível de uma diferença coletiva que no entanto é cultural*.¹⁶

¹⁶ PIERUCCI, *Op. Cit.* p.128.

Os anos 80 marcaram o redirecionamento teórico das feministas, que passaram a refutar o essencialismo,

em detrimento do cultivo da idéia de *multiplicidade feminina*. Tal redefinição e refinamento colocou em xeque a pertinência dos estudos que abordavam a *mulher enquanto mulher*. Segundo as intelectuais, tratava-se de uma idéia [woman as a woman] restritivista, que contemplava apenas um grupo de mulheres, a saber, as brancas de classe média dos países desenvolvidos. Verificou-se, então, uma espécie de implosão da figura da mulher universal, em mulheres brancas, ocidentais, burguesas e heterossexuais. Por isso, a categoria gênero foi se revelando insuficiente, incapaz de dar conta da multiplicidade feminina, a menos que fosse empregada levando-se em conta a etnia e a “classe”. Tal empreitada foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma perspectiva multifacetada que pudesse dar conta da heterogeneidade interna das mulheres, o que, por sua vez, contribuiu para a deslegitimação da exclusividade do gênero.

*Gênero, portanto, que desde o seu début nos anos 70 foi uma categoria problemática, ficava ainda mais problemático. O uso sem mais da categoria passou a ser considerado perigoso. Era o mínimo que diziam as feministas opositoras do essencialismo, posição de combate que com o passar do tempo, tudo indica, acabou empalmando a hegemonia teórica nos estudos feministas. [...] As análises de gênero não podem ignorar o fato histórico-empírico-existencial de que a experiência (ou a identidade) de gênero está intrinsecamente vinculada com outros aspectos significativos da posição social e da pertença cultural – a classe e a raça, pelo menos! – sob pena de não dar conta da verdadeira relação de opressão que o próprio sexismo representa.*¹⁷

¹⁷ PIERUCCI, OP. Cit. 132.

Em linhas gerais, é possível dizer que a segunda onda dos estudos feministas se caracteriza por dois caminhos analíticos, ambos relacionados às distintas formas de tratamento da idéia de diferença. Um deles se caracteriza pela apreensão da relação homem-mulher a partir da remissão às dimensões de natureza e cultura. Aqui, a diferença é tomada no sentido da

noção inglesa de *among*, e abre possibilidades ao tratamento de outros pares complementares relacionados ao feminino e ao masculino, como, por exemplo, espaço privado e espaço público, emoção e razão, subjetividade e objetividade, pares investidos de poder conotativo derivado das relações mesmas entre homem e mulher, que, por sua vez, ratificam as diferenciações tidas como irredutíveis, as amalgamando e fortalecendo através de uma pluralidade de correspondentes, a elas extrínsecos.

A década de 80 inaugura um outro tipo de tratamento da diferença, que passa a nortear investigações voltadas para a contestação da idéia de homogeneidade, em que a mulher era pensada enquanto universal, abstrata, indiferenciada. O termo inglês que define bem esta abordagem é *between*, e a idéia abstrata de mulher perde espaço para a de mulheres.

Nestes termos, a idéia de uma “história das mulheres” pressupõe considerar as relações de poder a partir das quais os discursos sobre o feminino se fundamentam e reproduzem, uma vez que “le chercheur dispose d’une profusion de discours normatifs qui créent l’idéal spécifique de chaque sexe et fondent, en partie, les rapports de domination”. Trata-se de atentar para a carga heurística da diferença sexual binária.

Em uníssono, os estudos sobre a situação feminina fazem menção ao tradicionalismo ocidental, que relega às mulheres um conjunto de expectativas confirmadas, relacionadas tanto às esferas da vida social a elas reservadas, como à constatação de um conjunto de práticas esperadas, tais como episódicas aparições públicas, retraimento, enfim, valores e ações tradicionalmente construídos pela sociedade ocidental e reproduzidos, em que as mulheres figuram como subordinadas às funções conjugais, domésticas e maternas, cujo espaço de atuação é, *par excellence*, a esfera privada. A esse respeito, vale lançar mão das considerações aventadas por Gilda de Mello e Souza¹⁸,

¹⁸ SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

já que, ao se referir à heterogeneidade da formação social do século XIX, a autora faz menção àquele antagonismo que, a seu ver, é o mais impressionante, porque se traduz justamente numa diferença marcada de configuração física: o antagonismo existente entre os sexos.

Diante de um antagonismo tão marcado é difícil sabermos o que foi obra da natureza e o que foi acrescentado por século de mútua segregação e de tarefas diversas. Pois desde as sociedades primitivas uma barreira tem separado o grupo masculino do feminino, obrigando-os a viverem em mundos opostos, deixando à mulher as atividades mais sedentárias, reservando ao homem as que obrigam a um maior movimento.

Ainda de acordo com a autora, as formas de antagonismo existentes entre homem e mulher, nas sociedades atuais, estão mais pronunciadas, o que se relaciona à penetração do grupo feminino na esfera de ação do grupo masculino, enfim, pelo fato de as mulheres terem sido lançadas, de improviso, à execução das tarefas tradicionalmente consideradas masculinas. Essa nova configuração social, que encontrou respaldo no movimento de emancipação feminina, interferiu na barreira que separava os dois sexos, fazendo com que homens e mulheres passassem a ser apreendidos como duas faces de uma mesma humanidade.

Mas tal mudança na estrutura social não foi acompanhada de uma modificação dos costumes, pois *o peso da tradição de vida segregada (...) deixou a marca na atribuição das tarefas na mentalidade, nos hábitos da mulher.*¹⁹ A esse respeito, Gilda de Mello e Souza chama a atenção para a existência de um duplo padrão de moralidade a reger as relações humanas:

*de um lado uma moral masculina 'contratual', um código de honra originado nos contratos da vida pública, comercial, política e das atividades profissionais – e do outro uma moral feminina, relacionada com a pessoa e os hábitos do corpo e ditada por um único objetivo, agradar aos homens.*²⁰

¹⁹ SOUZA. *Op. Cit.* p.58

²⁰ *Idem*

Na sociedade brasileira, cujo passado patriarcal é cotidianamente reatualizado, persistindo de forma latente, as relações sociais repõem um conjunto de reminiscências referentes ao período de “ostracismo” feminino, manifestas nas atitudes tolhidas, no hábito enraizado em certos ambientes mais tradicionais, como é o caso da Academia Brasileira de Letras, em que o ingresso feminino encontrou adversários e óbices para se fazer valer.

Considerações finais

Buscamos aqui percorrer alguns dos caminhos em que germinaram as questões que serviram de bússola à elaboração de muitos estudos sobre a situação feminina, o que é, a um só tempo, procurar restituir às reflexões sobre as mulheres uma historicidade que, nos termos de Bourdieu, passa pelo exercício de desistoricização, pela apreensão do mundo social e de suas arbitrarias divisões, no caso aqui específico, a divisão socialmente construída entre os sexos, que, por força da tradição, se afiguram como naturais, evidentes, adquirindo, destarte, um reconhecimento legítimo.²¹

²¹ (BOURDIEU, 2003: 17).

Restituir a historicidade implica, primeiramente, a consideração da assimetria entre os sexos no registro das relações socialmente construídas, culturalmente engendradas. É preciso levar em consideração que as relações entre os sexos são relações sociais, e que estas se afiguram enquanto relações de poder. Em segundo lugar, é indispensável salientar o papel preponderante das instituições sociais responsáveis pela reprodução da dominação masculina, tal como Bourdieu propõe, e apreender sua dinâmica e o conjunto de dispositivos através dos quais se legitimam e perpetuam.

Referências:

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Sexualidades ocidentais*. Lisboa: Contexto, 1983.

HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. São Paulo: Edusp 1994.

PERROT, Michèle. “Michel Foucault et l’histoire des femmes”. In: ROTMANN, Roger (Org.). *Au risque de Foucault*. Coll. Supplémentaires. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: 34, 1999.

RIOT-SARCEY, Michèle. «Les sources du pouvoir: l’événement en question», *Les Cahiers du GRIF (Le genre de l’histoire)*, 37/38, 25-41, 1988.

SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1994.

SOUZA, Gilda de Mello. *O espírito das roupas: a moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.